

Formação do Sistema de Comunicações em Santa Catarina: Telefonia (1876-1927)

DOI: 10.15175/1984-2503-201810207

Alcides Goularti Filho*

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir a inserção dos serviços telefônicos na formação do sistema de comunicações em Santa Catarina desde a instalação dos primeiros aparelhos telefônicos em Desterro, no ano de 1876, até o final dos anos 1920. A instalação dos serviços telefônicos será compreendida dentro do movimento de modernização que combina e sobrepõe camadas geoeconômicas formadas pelos transportes, comunicações e energia que se adensam com a participação do estado e formam sistemas regionais de economia. O artigo está dividido em quatro momentos. O primeiro traz uma breve contextualização histórica desde a invenção do telefone até sua chegada no Brasil em paralelo à expansão da rede de telégrafos. O segundo narra as primeiras iniciativas telefônicas em Santa Catarina, abrangendo o período de 1876 a 1907, quando conjugavam-se serviços telefônicos e telegráficos. No terceiro momento, discute-se o avanço fragmentado dos serviços telefônicos entre 1907 e 1918, destacando a atuação da Grossenbacher & Trinks em Joinville e Florianópolis. Por fim, o último período analisado, entre 1918 e 1927, descreve a consolidação restringida da telefonia no estado com o surgimento de firmas prestadoras de serviços telefônicos em algumas das principais cidades catarinenses, mas cuja oferta de aparelhos não atendia a grande demanda urbana em expansão.

Palavras-chaves: Telefonia; história econômica; território; Santa Catarina.

Formación del sistema de comunicaciones de Santa Catalina: telefonía (1876-1927)

Resumen

El objetivo de este artículo es analizar la inserción de los servicios telefónicos en el desarrollo del sistema de comunicaciones de Santa Catalina desde la instalación de los primeros aparatos telefónicos en Desterro, en el año 1876, hasta finales de la década de los años 1920. La instalación de los servicios telefónicos está enmarcada en el movimiento de modernización que combina y superpone capas geoeconómicas formadas por los transportes, las comunicaciones y la energía que se densifican con la participación del estado y forman sistemas económicos regionales. El artículo se divide en cuatro partes que corresponden a cuatro períodos diferentes. En un primer momento, se proporciona una breve contextualización histórica que abarca desde la invención del teléfono hasta su llegada a Brasil en paralelo a la expansión de la red de telégrafos. En segundo lugar, se ilustran las primeras iniciativas telefónicas en Santa Catalina, una fase que engloba de 1876 a 1907, época en que se conjugaban los servicios telefónicos y telegráficos. A continuación, se examina el avance fragmentado de los servicios telefónicos entre 1907 y 1918, destacando la actuación de Grossenbacher & Trinks en Joinville y Florianópolis. En el último período analizado, entre 1918 y 1927, se describe la consolidación restringida de la telefonía en el estado brasileño con el surgimiento de empresas prestadoras de servicios telefónicos en algunas de las principales ciudades de Santa Catalina, pero cuya oferta de aparatos no satisfacía la gran demanda urbana en expansión.

Palabras clave: telefonía, historia económica, territorio, Santa Catalina.

* Professor da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico – PPGDS. Doutor em Economia pela UNICAMP. Pesquisador Produtividade CNPq. E-mail: alcides@unesc.net. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0808-4486>

The Development of the Communications System in Santa Catarina: The Telephone (1876-1927)

Abstract

The following article aims to discuss the addition of telephone services to the communications system in the Brazilian state of Santa Catarina from the installation of the earliest telephones in Desterro in 1876 to the late 1920s. The installation of telephone services is framed within the movement towards modernization combining and overlapping geo-economic layers formed by transport, communications, and electricity services consolidated by state participation, forming regional economic systems. The article is divided into four sections, with the first section offering a brief historical context from the invention of the telephone to its arrival in Brazil, in parallel to the expansion of the telegraph network. The second section narrates the earliest telephone initiatives in Santa Catarina, spanning the period of 1876 to 1907, merging telephone and telegraph services. The third section discusses the fragmented advances made by telephone services from 1907 to 1918, highlighting activities by Grossenbacher & Trinks in Joinville and Florianópolis. Finally, the fourth section analyzes the period of 1918 to 1927, describing the telephone's limited consolidation in Santa Catarina with the emergence of telephone providers in some of the state's main cities, but whose services failed to meet the demands of rapid urban expansion.

Keywords: Telephone; economic history; territory; Santa Catarina.

La formation du système de communication de Santa Catarina : la téléphonie (1876-1927)

Résumé

L'objectif de cet article est d'analyser l'insertion des services téléphoniques dans la formation du système de communication de l'État de Santa Catarina, depuis l'installation des premiers appareils téléphoniques à Desterro, en 1876, jusqu'à la fin des années 1920. L'installation des services téléphoniques sera ici comprise au sein du mouvement de modernisation qui combine et superpose les couches géoéconomiques formées par les transports, les communications et l'énergie, qu'on a vu se densifier grâce à la participation de l'État jusqu'à former des systèmes économiques régionaux. Cet article est divisé en quatre parties. En premier lieu, on procédera à une brève contextualisation historique depuis l'invention du téléphone jusqu'à son arrivée au Brésil, parallèlement à l'expansion du réseau télégraphique. Dans un second temps, on s'attachera aux premières initiatives téléphoniques à Santa Catarina entre 1876 et 1907, lorsque les services télégraphiques et téléphoniques allaient de pair. Nous analyserons ensuite l'avancée fragmentée des services téléphoniques entre 1907 et 1918, en soulignant l'action de Grossenbacher & Trinks à Joinville et Florianópolis. Finalement, la dernière période analysée, de 1918 à 1927, nous permettra de décrire la consolidation restreinte de la téléphonie dans l'État avec l'apparition de sociétés prestataires de services téléphoniques dans certaines des principales villes de l'État, dont l'offre en appareils n'était néanmoins pas à même de répondre à une importante demande urbaine en pleine expansion.

Mots-clés : Téléphonie ; histoire économique ; territoire ; Santa Catarina.

通讯系统在圣卡塔琳娜的形成：电话系统(1876至1927年)

摘要

本篇文章研究自从 1876 年起，巴西联邦共和国圣卡塔琳娜州安装的第一部电话机，直到 1920 年代末期，该州通讯系统形成并提供公共电话服务。电话系统的建设是该州现代化运动的一部分。电话系统与该区域经济系统里的三大基础部门——运输，通讯和能源紧密结合，并且由于政府部门的参与而得到了迅速，稠密的发展。文章的叙述分为四个发展阶段。第一，电话的发明及其在巴西的传播，作者介绍了电话与电报网在巴西平行发展的简要历史背景。第二阶段，讲述在圣卡塔琳娜州的第一个电话的安装，和电话业务发展的初期阶段，涵盖时期 1876 年至 1907 年，当时电话和电报服务是合并在一起的。第三阶段，我们讨论的电话服务的分散化，区块化服务，从 1907 年至 1918 年间，电话开始进入家庭。文章突出分析了 Grossenbacher & Trinks 公司的独特贡献，尤其是该公司在若因维尔(Joinville)和弗洛里亚诺波利斯(Florianópolis)的发展。最后阶段，文章分析了从 1918 年到 1927 年期间，介绍了电话系统的区块分割发展，专业电话服务公司在圣卡塔琳娜州的一些城市的出现。由于城市的迅速发展，这些电话公司提供的电话机和电话服务总是不能满足人们的需求。

关键词：电话业；经济史；领土；圣卡塔琳娜州。

Introdução

A formação do sistema de comunicação em Santa Catarina faz parte da formação do sistema nacional de comunicação no Brasil. Santa Catarina, a exemplo de outras unidades federativas, é uma unidade integrante do sistema nacional que atuou com certo grau de autonomia relativa dentro do processo de articulação e integração do mercado interno. Esse grau de autonomia, historicamente, sempre esteve associado às especificidades de sua formação socioespacial. O centro do comando das tomadas de decisões para a construção das diversas modalidades de comunicações ao longo dos séculos XIX e XX no Brasil sempre esteve sediado na capital do país, que subordinava as capitais estaduais e as demais cidades. As administrações locais seguiam as decisões tomadas pelo Ministério responsável pelas comunicações. No entanto, a execução local das ordens superiores dependia das condições sociais, materiais e geofísicas de cada região.

Ao longo dos séculos XIX e XX, dentro da formação dos sistemas nacional e regionais de comunicações, podemos observar a combinação e sobreposição de três camadas geoeconômicas que circulam o território: correios, telégrafo e telefonia. Essas camadas se combinam entre si na utilização das estruturas administrativas, na prestação de serviços ou na transmissão de dados e informações. Mas sua existência e reprodução também dependiam de outras camadas estruturantes dentro do sistema nacional de economia, como transporte e energia. Estradas, ferrovias e redes de transmissão e distribuição de energia também serviram de apoio para assentar o sistema de comunicações. Pelas estradas, ferrovias e rios navegáveis circulavam os estafetas e as malas postais para a entrega de cartas e encomendas; os postes das linhas telegráficas, em boa medida, seguiam as margens das estradas e das vias férreas; e por essas mesmas vias, a rede de distribuição de energia foi instalada. A implantação da rede de telefonia também assumiu formas semelhantes dentro desse processo de consolidação do sistema regional de comunicações.

Transportes, comunicações e energia formam a tríade da infraestrutura social básica que é determinada e determinante do processo global da produção. Cada unidade desta tríade, incorpora, processa e difunde novas tecnologias e tem condições de multiplicar novos investimentos e induzir rendas. A execução de projetos para implantação e expansão dos serviços de transportes, comunicações e energia exige vultosos recursos financeiros e alta capacidade de comando centralizado. Como é

característico dentro do modelo de desenvolvimento tardio do capitalismo latino-americano, no Brasil esse comando foi assumido pelo Estado.

A expansão das linhas postais e da rede de telégrafos em Santa Catarina obedeceu a mesma lógica da ocupação demográfica do território. Inicialmente houve uma “litoralização direcionada” (bipolar norte-sul) dos serviços postais a partir de Desterro, a capital da província, em direção a Laguna (litoral sul) e São Francisco (litoral norte). Em seguida começou o processo de “interiorização truncada”, que, dadas as condições precárias das estradas, seguiu com dificuldades para o planalto e o oeste catarinenses. Em 1836, foi aberta a linha postal entre Desterro e Lages. Com a fundação das colônias de Blumenau e Joinville em meados do século XIX, 1850 e 1851 respectivamente, o movimento de criação de linhas postais começou a atender as demandas dos núcleos coloniais. O mesmo ocorreu após 1880, quando se multiplicou a fundação de colônias de imigrantes no sul, no Vale do Itajaí e no planalto norte catarinense.

O mesmo movimento de “litoralização direcionada” e “interiorização truncada” também acompanhou a implantação da rede de telégrafos em Santa Catarina. Das cidades de Desterro, Laguna, Itajaí e São Francisco, em 1867, partiram as principais redes de telégrafos em direção ao interior catarinense. Lages é alcançada em 1896; Campos Novos, em 1903; e Xanxerê (a partir do leste), em 1929. No território contestado entre Paraná e Santa Catarina, que compreendia todo o oeste barriga verde, a implantação dos serviços postais e telegráficos constituía-se em um elemento determinante para o governo catarinense demarcaras fronteiras a seu favor. A presença dos correios e dos telégrafos adensava o Estado no território e garantia à população local que ela não estava desassistida. Em 1930, quase todo o território catarinense estava atendido com estações de telégrafos e agências de correios.

Quando observamos o processo de implantação das linhas telefônicas e o início da formação de uma rede de telefonia em Santa Catarina, até os anos 1930, percebe-se que este movimento guarda algumas semelhanças com a expansão das linhas postais e da rede de telégrafos. Porém, dadas as características tecnológicas e empresariais dos serviços telefônicos, a história econômica desse setor assume especificidades próprias. Ao contrário dos serviços postais e telegráficos, que no Brasil eram controlados e financiados pelo Estado (excluindo a rede de telégrafo na Amazônia), a telefonia iniciou seus serviços atendendo os centros urbanos, era de caráter privado e dependia apenas de autorização municipal para operar.

Dentro da “litoralização direcionada” (bipolar norte-sul) e da “interiorização truncada”, a expansão das linhas e da formação da rede de telefonia teve um comando regional centralizado. Inicialmente, Joinville, a partir da fundação da *Grossenbacher & Trinks* em 1907, assume o comando de “polo cêntrico da acumulação dos serviços telefônicos” em Santa Catarina. Em 1908, a *Grossenbacher & Trinks* começou a expandir seus serviços para Jaraguá do Sul e Florianópolis. Em 1927, Juan Ganzo Fernandes, fundador da Companhia Telefônica Catarinense (CTC), assinou um contrato com a Prefeitura Municipal de Florianópolis para iniciar a prestação de serviços telefônicos, com promessas para expandi-los para outras cidades. A partir desse momento, Florianópolis, por meio da CTC, assume a condição de “polo cêntrico da acumulação e irradiador dos serviços telefônicos” em Santa Catarina. Como a expansão circunscrita dos serviços telefônicos dispensava alto grau de concentração e centralização de capital, a CTC se transformou na base concreta de onde se espalhou a rede de telefonia em Santa Catarina.

Os serviços postais e telegráficos eram estatais e abrangiam todo o território catarinense. Já os serviços telefônicos, que eram privados, eram circunscritos a alguns centros urbanos e a ligação ocorria apenas no litoral e em algumas cidades maiores no interior colonial. A interiorização pós-1927 limitou-se às cidades próximas do litoral e a expectativa de expansão da rede recaía sobre a CTC, que havia iniciado suas atividades em Florianópolis com a promessa de expandir seus serviços para o interior.

Telefonia no mundo e no Brasil

Toda narrativa que traz a história da telefonia no mundo começa com a descoberta do físico escocês Alexander Graham Bell, que, no dia 10 de maio de 1876, após aperfeiçoar seu aparelho de transmissão de voz por meio elétrico, inventou o telefone. Naquele ano, o mundo das comunicações assistia à globalização dos telégrafos, que cruzavam os oceanos integrando os cinco continentes. Sem muito sucesso, Graham Bell expôs seu invento na Exposição Universal de 1876 nos Estados Unidos, na cidade da Filadélfia. Presente na exposição, o Imperador brasileiro, D. Pedro II, fez uma visita ao *stand* de Graham Bell que lhe apresentou sua nova invenção. Impressionado com a façanha do novo aparelho que transmitia voz, D. Pedro II tratou de trazer para o Brasil o novo invento, que veio a ocorrer no ano seguinte. Em 1877, por meio de aparelhos

adquiridos nos Estados Unidos, foram instalados telefones entre o Palácio da Quinta Boa Vista – morada do Imperador – e as residências ministeriais (BRITO, 1976).^a

Nas primeiras décadas da sua existência, ainda no século XIX, o telefone atendia as demandas de comunicação de curta e média distâncias, concentrando-se no perímetro urbano e na ligação entre as grandes cidades. Toda comunicação de longa distância e interoceânica era feita pelos cabos submarinos dos telégrafos, que na época ainda estava em franca expansão. Para termos uma ideia, em 1879, três anos após a invenção do telefone, a *Compagnie Française du Télégraphe* substituiu o antigo cabo submarino que havia sido instalado em 1869 ligando Paris a Nova York. Nesse mesmo ano de 1869, também havia sido instalado o cabo entre Nova York e a Bélgica pela *Belgo-American Line*. Em 1871, Londres já havia sido conectada com Hong Kong e Cingapura, facilitando sua conexão com o Japão e a China. No ano seguinte, a *British Australian Telegraph Company*, partindo de Porto Darwin, integrou a Austrália com Timor Leste, Indonésia (Jacarta), Cingapura, Malásia e todo o leste asiático (WINSECK; PIKE, 2007).^a

O Brasil se integrou com a Europa (via Lisboa) em 1874 por meio dos serviços da *Brazilian Submarine Telegraph Company*, uma empresa da capital britânico. A ligação do Brasil com os Estados Unidos foi inaugurada em 1892 pela empresa francesa *Société Françaisedes Télégraphes Sous-Marins*. Nesse mesmo ano, a companhia anglo-indiana *India Rubber Gutta Percha and Telegraph Works Company* inaugurou os serviços entre Brasil e Senegal, estendendo-os pelo continente africano (REPARTIÇÃO GERAL DOS TELÉGRAFOS, 1909a).^a

Com relação à expansão dos serviços telefônicos, no ano seguinte à apresentação de seu invento, Graham Bell fundou a *Bell Telephone Company* e inaugurou a primeira estação de telefone na cidade de New Haven, no estado de Connecticut. Em 1885, foi fundada na cidade de Nova York a *American Telephone and Telegraph Company*, que liderou o processo de nacionalização da rede de telefonia no território estadunidense. Em 1892 completou-se a ligação entre Nova York e Chicago; em 1899, ela chegou a Denver (Colorado); e, finalmente, em 1915, a São Francisco, integrando as costas leste e oeste dos Estados Unidos com uma linha de aproximadamente 5.000 quilômetros. Em 1879, Paris inaugurou sua central telefônica, com uma linha entre o Campo de Marte e o Palácio de Versalhes. Nos anos seguintes, todas as principais cidades europeias já ofereciam serviços de telefonia para os abastados que tinham condições de adquirir o pesado aparelho de telefone. No ano de 1883, já havia ligações entre Munique e Viena, Veneza e Milão, Paris e Dijon, Berlim e Hamburgo, Paris e Bruxelas e Paris e Nancy. Em 1927, a

American Telephone and Telegraph Company disponibilizou o primeiro serviço telefônico entre Nova York e Londres por meio do sistema de radiotelegrafia, que em seguida passou a ser transmitido para outras cidades europeias (WINSECK; PIKE, 2007).^b Com o avanço tecnológico da transmissão de voz a longa distância, a telefonia começou a deslocar os telégrafos do mundo das comunicações.

Após a instalação dos telefones nas casas dos ministros e no Palácio da Quinta da Boa Vista, em 1879, as estações policiais e o corpo de bombeiros também foram equipados com aparelhos telefônicos. Dois anos após a chegada do telefone no Brasil, foi assinada pelo imperador D. Pedro II a primeira concessão de serviços telefônicos por meio do Decreto nº 7.461, de 06 de setembro de 1879 (BRASIL, 1879a).^a Na oportunidade, foi concedido, por dez anos, o privilégio para Frederico Allen Gower ofertar os aparelhos denominados “telephonocronometro”, que ele mesmo havia inventado. Em seguida, foi aprovado o Decreto nº 7.539, de 15 de novembro de 1879 (BRASIL, 1879b),^a concedendo a Charles Paul Mackie a permissão para construir e explorar uma linha telefônica entre as cidades do Rio de Janeiro e de Niterói, por meio de cabos submarinos.

Dentro do Ministério da Agricultura, Indústria, Viação e Obras Públicas, a Repartição Geral dos Telégrafos (RGT) ficou encarregada de normatizar e fiscalizar os serviços telefônicos, cujas concessões, inicialmente, estavam a cargo do governo imperial. Como a telefonia era algo novo e devido a suas características vinculadas às comunicações, a Repartição Geral dos Telégrafos também passou a operar como companhia telefônica. Em Maceió, a Repartição Geral dos Telégrafos instalou e gerenciou uma linha telefônica que operava com 50 aparelhos distribuídos entre particulares e oficiais (RGT, 1891).^a

Como a autorização concedida a Mackie não foi imediatamente realizada, o Decreto nº 8.065, de 17 de abril de 1881 (BRASIL, 1881),^a para operar no país a *Telephone Company of Brazil*. A companhia era formada por uma associação de empresários de Nova York que inicialmente iria ofertar os serviços telefônicos nas cidades do estado do Rio de Janeiro (BRASIL, 1881).^b Mesmo após serem aprovados todos os contratos necessários a instalação e início das operações, o projeto da *Telephone Company of Brazil* nunca foi executado.

Em meio a várias solicitações de autorizações para ofertar serviços telefônicos urbanos realizados por capitalistas locais, o Ministério resolveu normatizar as concessões aprovando o Decreto nº 8.453, de 11 de março de 1882 (BRASIL, 1882).^a Imediatamente

após a promulgação das normas de concessão, foram distribuídos diversos privilégios autorizando a construção de linhas telefônicas em diversas cidades brasileiras.

A República alterou a estrutura das concessões, que estavam concentradas apenas nas mãos do Ministério, e, por meio de uma brecha jurídica do Decreto nº 199, de 06 de fevereiro de 1890 (BRASIL, 1890),^a transferiu o direito de autorizar as concessões dos serviços telefônicos para os municípios. A partir desse momento até os anos 1930, foi concedida uma enxurrada de autorizações para capitalistas locais, em inúmeros municípios brasileiros, ofertarem serviços telefônicos para a população urbana e para estabelecer linhas interurbanas. Entre as diversas concessões aprovadas, destaca-se o Decreto nº 7.908, de 17 de março de 1910 (BRASIL, 1910),^a que autorizou o funcionamento da *Interurban Telephone Company of Brazil* no País, uma empresa de capital estadunidense. Mais tarde, essa companhia foi incorporada pela *Rio de Janeiro and São Paulo Telephone Company*, uma empresa de capital canadense que havia obtido autorização para operar no Brasil por meio do Decreto nº 11.500, de 23 de fevereiro de 1915 (BRASIL, 1915).^a Em 1923, o nome da empresa mudou para *Brazilian Telephone Company*, também conhecida como Companhia Telefônica Brasileira (CTB), que se constitui na maior empresa privada de telefonia do País, atendendo os estados de Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

O capital externo tinha uma participação considerável na oferta de serviços de transportes, energia e comunicações no Brasil, do final do século XIX até os anos 1930. Nos transportes ferroviários, destacava-se a atuação da *Brazil Railway Company*, de propriedade do empresário estadunidense Percival Farquhar, que atuava principalmente nas regiões Sul e Sudeste. Os serviços de telégrafos na região Norte, que engloba toda a Amazônia, eram realizados pela companhia inglesa *Amazon Telegraph Company*, além de todo serviço de telegrafia internacional, que era realizado por outras empresas estrangeiras (*Western Telegraph Company*, que cobria o litoral brasileiro; e a *Compagnie Françaisedes Cables Télégraphiques* e a *Central & South American Telegraph*, que integravam o Brasil com a América do Norte e Europa). No setor elétrico, a canadense *Ligth and Power Company Limited* e a estadunidense *American & Foreing Power Company* disputavam a oferta de energia nas principais cidades brasileiras. Portanto, a presença da CTB nos serviços telefônicos na região Sudeste fazia parte desse movimento de entrega parcial dos serviços públicos ao capital estrangeiro.

Porém, a rede de telégrafos nas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste era controlada pela Repartição Geral dos Telégrafos, que pertencia ao Estado brasileiro.

O mesmo ocorria com os serviços postais, dos quais o Estado detinha o monopólio em todo o território nacional. Nos transportes, os serviços portuários, excluindo os portos de Manaus e de Santos, eram todos administrados por companhias docas de propriedade estatal. Os serviços de navegação fluvial e marítima de cabotagem eram realizados exclusivamente por empresas nacionais (públicas e privadas). No setor ferroviário, a presença do capital externo não ofuscou a participação de empresários locais na formação de companhias ferroviárias muito atuantes nas diversas regiões brasileiras.

Esta é uma das características de economia de industrialização tardia: a infraestrutura social básica é formada pela presença e combinação dos capitais nacional, externo e estatal. Em grande medida, os canais de financiamento eram acionados pelo Tesouro Nacional – que financiava as estatais – e os empréstimos externos – que financiavam suas filiais no Brasil. O capital nacional, cujo grau de alavancagem financeira era mais atrofiado, caminhava em um ritmo de acumulação mais lento, mas de forma contínua. No caso específico da telefonia brasileira, houve a combinação de duas grandes atuações: o capital externo operando nas grandes capitais brasileiras (CTB no Sudeste) e o capital nacional atuando nas demais cidades. Entre as empresas de telefonia de propriedade nacional, havia de diversos tamanhos, como a Companhia Telefônica Riograndense (CTR), que operava em quase todo o Rio Grande do Sul; e outras de pequeno porte, que atendiam pontualmente uma cidade, como a empresa de João Schneider, pequeno capitalista lagunense que, em 1915, recebeu a concessão para instalar os serviços telefônicos em Laguna (SC).

Foi sobre esta base material, que combinava a presença de pequenas e grandes empresas com capacidade de financiamento e alavancagem limitada, que se expandiu a telefonia no Brasil, do final do século XIX até meados do XX.

Primeiras iniciativas 1876-1907: conjugação telégrafos e telefone

Quando o primeiro telefone foi instalado na cidade de Desterro, em 25 de julho de 1878, o sistema de comunicações na província de Santa Catarina era formado por 12 linhas postais que integravam o litoral com as colônias de imigrantes, adentrando até o planalto serrano, chegando à cidade de Lages; e até o planalto norte, a São Bento do Sul. A rede de telégrafo que integrava Rio de Janeiro com Rio Grande do Sul cortava todo o litoral catarinense com estações em São Francisco do Sul, Itajaí, Desterro e Laguna – sendo que no primeiro plano de expansão havia chegado a Joinville e às demais colônias.

Portanto, a telefonia se assenta em um território em que o sistema de comunicações, formado pelas camadas correios e telégrafos, estava se espalhando do litoral em direção ao interior.

A primeira reportagem publicada em um jornal catarinense noticiando a chegada do aparelho telefônico em Desterro apareceu no *A Regeneração* do dia 28 de julho 1878:

Temos assistido nestes três últimos dias as experiências feitas com dois aparelhos de telefone nas estações da cidade e do Estreito, construído pelo Sr. Horta, chefe da estação telegráfica de Pelotas. Os resultados foram bastante satisfatórios, ouvindo-se quer aqui, quer lá, distintamente o que se se dizia (NOTICIÁRIO, 28 jul. 1878, p. 4).^a

A partir da difusão do invento realizado pelo matemático belga François van Rysselberghe (1846-1893), cuja patente foi registrada em julho de 1885, foi possível utilizar os fios da rede de telégrafo para a transmissão simultânea de mensagens telegráficas e telefônicas de longa distância. Era possível instalar um aparelho de telefone nas estações de telégrafos e realizar ligações transmitindo mensagens de voz. Esse sistema foi largamente utilizado no serviço conhecido com telegrama fonado, porém estava limitado à comunicação entre as estações telegráficas.

É importante fazermos a seguinte divisão de prestação de serviços telefônicos: a) instalação de aparelhos telefônicos em estações de telégrafos; b) instalação de linhas telefônicas privadas no perímetro urbano; c) implantação de linhas telefônicas interurbanas. A primeira ficava a cargo da Repartição Geral dos Telégrafos, era de propriedade estatal e começou a se difundir em Santa Catarina pós-1897; a segunda estava associada à iniciativa de empresários locais que recebiam concessões municipais; e a terceira dependia de investimentos de maior intensidade, que eram realizados por capitalistas nacionais de grande porte ou pelo capital externo, como a Companhia Telefônica Riograndense (CTR) e a Companhia Telefônica Brasileira (CTB), respectivamente.

No dia 13 de março de 1884, o jornal *A Regeneração* noticiou que haviam chegado do Rio de Janeiro oito aparelhos de telefones, no valor total de 720\$000, para serem instalados em repartições públicas da capital (*A REGENERAÇÃO*, 13 mar. 1884). Alguns dias depois, no dia 26 de março, entraram em operação os novos telefones instalados no Palácio do Presidente da Província, na Tesouraria Geral, na Repartição de Polícia e na Tesouraria Provincial.

Os telephonios funcionaram perfeitamente bem, sendo muito notavel a clareza com que as palavras são transmitidas, conhecendo-se pela voz que está fallando, o que tem sido observado por muitas pessoas (TELEPHONIOS, 1884, p. 3).^a

O primeiro registro de instalação de aparelhos telefônicos em estações telegráficas realizada pela Repartição Geral dos Telégrafos em Santa Catarina ocorreu na Fortaleza de Santa Cruz, na Ilha de Anhatomirim, no dia 12 de fevereiro de 1888, no mesmo ano que foi inaugurado a estação telegráfica. Em outubro de 1894, foi instalado um telefone na estação da Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba, no sul da Ilha de Santa Catarina. Ambos os aparelhos estavam a serviço da Marinha. Já a primeira instalação de telefone em uma estação telegráfica para atender ao público em geral ocorreu em São Bento do Sul, quando foram inaugurados simultaneamente o telégrafo e a telefonia, em 31 de dezembro de 1896 (RGT, 1900).^a

Essa prática de inaugurar simultaneamente os dois serviços na mesma estação (sistema Rysselberghe) tornou-se muito comum no trabalho da Repartição Geral dos Telégrafos. A estação Indaial de telégrafos, que havia sido inaugurada em 6 de fevereiro de 1900, recebeu um aparelho telefônico conectando-se com Blumenau e Itajaí, em agosto do mesmo ano (LINHAS..., 1900).^a A estação telegráfica de Lages foi inaugurada em 31 de dezembro de 1896 e a extensão da linha até Curitiba e Campos Novos ocorreu em maio de 1903 (RGT, 1905).^a Em maio de 1903, foram instalados, nas três estações, aparelhos telefônicos que se comunicavam entre si e com o Vale do Itajaí e Desterro. No sul, o primeiro telefone foi instalado em 28 de dezembro de 1906, na estação de Azambuja, que ficava às margens da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, de onde partiam os imigrantes para os núcleos coloniais (RGT, 1909b).^a Essa ligação do litoral com o Vale do Itajaí e o planalto serrano, com extensão até o sul, consolidava-se como a rede de telégrafos e ao mesmo tempo formava a base embrionária das comunicações telefônicas no território catarinense. Embora os serviços ficassem restritos apenas às estações, o telegrama fonado começou a ser mais usado pela população urbana.

A Tabela 1 apresenta a evolução do número de estações de telégrafos e de telefone (conjugadas) disponíveis em Santa Catarina entre os anos de 1897 e 1930. Observa-se que a partir do final dos anos 1920 o número de estações telefônicas se aproxima das de telégrafos, o que nos leva a concluir que os serviços telefônicos (sistema Rysselberghe) nesta época estavam se espalhando por quase todo o território catarinense.

Tabela 1: Estações de telégrafos e de telefonia conjugadas em Santa Catarina (1897-1930)

Ano	Telégrafo	Telefônica	Ano	Telégrafo	Telefônica
1897	15	2	1914	25	6
1898	15	1	1915	25	7
1899	15	2	1916	25	12
1904	20	6	1924	33	12
1905	21	6	1925	33	12
1906	24	8	1926	33	12
1907	25	8	1927	35	15
1908	25	7	1928	42	24
1909	25	7	1929	50	32
1910	25	8	1930	57	64
1913	25	7			

Fonte: RELATÓRIOS DA REPARTIÇÃO GERAL DOS TELÉGRAFOS. *Relatórios da Repartição Geral dos Telégrafos apresentado ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897-1931. (Série completa disponível na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

O Quadro 1 traz a data de algumas estações telefônicas inauguradas em Santa Catarina até o ano de 1930. O Estado, por meio da Repartição Geral dos Telégrafos, instalava aparelhos telefônicos nas estações tanto das pequenas vilas longínquas das sedes do município como das cidades maiores. A instalação desses aparelhos atendia a uma demanda crescente por comunicação mais rápida e de maior alcance, no entanto sua instalação e manutenção ficavam a cargo da Repartição Geral dos Telégrafos, que financiava todas as despesas. A exemplo dos serviços de telégrafos e correios, que apresentavam déficit em seus balanços financeiros anuais, a telefonia estatal também era deficitária e seus custos eram absorvidos pela Repartição Geral dos Telégrafos (GOULARTI FILHO, 2017).^a

Quadro 1: Estações telefônicas inauguradas em Santa Catarina 1888-1930

Ordem	Estação	Data de inauguração	Ordem	Estação	Data de inauguração
1	Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim	12/2/1888	26	Boca da Serra do Rio do Rastro	02/03/1930
2	Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba	10/1894	27	Bom Jardim da Serra	02/03/1930
3	São Bento do Sul	31/12/1896	28	Novo Horizonte	02/03/1930
4	Hamonía (Indaial)	21/04/1906	29	Xaxim	14/03/1930
5	Azambuja	28/12/1906	30	Chapecó Grande	17/03/1930
6	Cabeçuda (Laguna)	13/05/1907	31	Grão Pará	13/04/1930
7	São Miguel	11/01/1916	32	Catanduvás	15/04/1930
8	Ascura	10/05/1921	33	Armazem do Capivari	15/04/1930
9	Cocal	28/09/1922	34	Nova Treviso	21/04/1930
10	Herval Velho	01/05/1923	35	Adolpho Konder	11/06/1930
11	Rodeio	12/10/1924	36	Trombudo Central	11/06/1930
12	Porto Belo	17/09/1924	37	Urubici	23/06/1930
13	Jaguaruna	10/03/1925	38	Major	28/06/1930
14	Passo do Sertão	17/04/1928	39	Pinheiral	29/06/1930

Ordem	Estação	Data de inauguração	Ordem	Estação	Data de inauguração
15	Boa Vista	10/04/1928	40	Nova Beluno	01/08/1930
16	Barracão	23/05/1928	41	Ganchos	15/08/1930
17	Umbú	25/05/1928	42	Paraguassu	21/08/1930
18	Valhões	18/08/1928	43	Travessão	12/09/1930
19	Benedito Timbó	08/09/1928	44	Meleiro	18/09/1930
20	Encruzilhada	08/09/1928	45	Santa Cruz	20/09/1930
21	Cascalho	27/12/1928	46	Poço Preto	20/09/1930
22	Bocaina	15/01/1930	47	Vila Nova do Timbó	20/09/1930
23	Treze de Maio	16/02/1930	48	Passarinho	10/10/1930
24	Taquara	25/02/1930	49	Palmeira	15/11/1930
25	Angelina	26/02/1930			

Fonte: RELATÓRIOS DA REPARTIÇÃO GERAL DOS TELÉGRAFOS. *Relatórios da Repartição Geral dos Telégrafos apresentado ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897-1931. (Série completa disponível na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

Avanço fragmentado 1907-1918: a atuação da *Grossenbacher & Trinks*

Na primeira década da telefonia no País, a concessão dos serviços telefônicos ficou sob a responsabilidade do governo Imperial, coordenada pela Repartição Geral dos Telégrafos. Porém, como era uma nova atividade econômica, as regras não estavam claras na definição de qual seria o papel dos municípios e das Províncias na política de concessão. Sob o auspício do Decreto nº 199, de 6 de fevereiro de 1890 (BRASIL, 1890),^b o direito de concessão foi transferido aos municípios, política que perdurou durante toda a Primeira República.

A primeira concessão aprovada para implantar um serviço telefônico em Santa Catarina se deu por meio do Decreto nº 8.458, de 18 de março de 1882 (BRASIL, 1882),^b que concedeu a Arthur Teixeira de Macedo o direito de “assentar linhas telefônicas” em Campos, São Paulo, Campinas e Desterro. As obras de assentamento da linha nunca foram executadas e a concessão caducou. No âmbito das concessões pós-Decreto nº 199, a Lei Estadual nº 275, de 6 de outubro de 1897 (SANTA CATARINA, 1898),^a concedeu a Alexandre Grandemagne e Gervásio Bortoluzzi o privilégio por 25 anos para estabelecer uma linha telefônica entre as cidades de Tubarão e Araranguá. Ambos eram residentes da localidade de Pedras Grandes, que naquele momento era o núcleo receptor e irradiar dos colonos imigrantes no sul catarinense. Havia a expectativa de expansão da ferrovia entre Tubarão e Araranguá, por meio de concessões estaduais. Também estava prevista a construção do canal de navegação fluvial entre Laguna e Porto Alegre, um ousado projeto que integraria rios e lagoas entre essas duas cidades, passando por Tubarão e Araranguá (GOULARTI FILHO, 2013).^a Destaca-se também que a linha de telégrafo na região já estava em operação desde 1867 e a estação de Tubarão tinha sido inaugurada em 27 de abril de 1882 e a de Araranguá, em 22 de abril de 1893. A linha

postal entre Tubarão e Araranguá estava em operação desde 1880, quando havia sido abertas agências de correios nas duas cidades (GOULARTI FILHO, 2017).^b Também estava sendo construída a Estrada do Litoral, que percorria todo o litoral sul catarinense entre o rio Mampituba e Florianópolis, passando por Araranguá, Jaguaruna, Tubarão, Laguna e Garopaba. Portanto, no sul catarinense a linha telefônica se somaria às camadas geoeconômicas dos transportes (ferrovia, estrada e canal de navegação) e das comunicações (telégrafos e correios). A linha telefônica não foi assentada pelos favorecidos Grandemagne e Bortoluzzie o projeto de integração entre as duas cidades ocorreu somente nos anos 1930.

Ainda com base no Decreto nº 199, o Conselho Municipal de Florianópolis aprovou a Lei Municipal nº 203, de 23 de outubro de 1903 (FLORIANÓPOLIS, 1903),^a que concedeu o privilégio para Valentim Uriz Erdosaim, por um prazo de 40 anos, de explorar os serviços telefônicos em Florianópolis. Estava previsto na lei municipal que, após assinatura do contrato, os serviços de instalação da rede deveriam começar em um mês e a construção da estação central em seis meses. Todos os equipamentos deveriam ser substituídos a cada cinco anos para efeitos de modernização. O preço máximo por assinatura ficava limitado a 10\$000 mensais e o aparelho telefônico tinha que ser fornecido gratuitamente para os assinantes. Seria cobrado um imposto anual de 100\$000 e também deveria ser fornecida à prefeitura municipal uma assinatura gratuita.

Em 23 de junho de 1906, o Conselho Municipal aprovou a Lei nº 246 (FLORIANÓPOLIS, 1906),^a que concedeu a Luiz Braga de Carvalho os mesmos privilégios outorgados a Erdosaim, que não havia executado as obras prometidas, suprimindo apenas o valor da assinatura. Com base nas fontes disponíveis, percebe-se que Carvalho também não realizou os investimentos previstos, deixando a capital catarinense sem a oferta de serviços telefônicos.

Joinville foi a primeira cidade catarinense onde se instalaram serviços telefônicos ofertados por uma empresa de capital local. Esse evento fez de Joinville o primeiro “polo cêntrico da acumulação dos serviços telefônicos” em Santa Catarina. No início do século XX, Joinville já se constituía em uma importante e dinâmica cidade industrial catarinense, com uma população de 18.587 habitantes em 1900. Dentro do complexo ervateiro catarinense, Joinville atuava como polo centrípeto da acumulação, pois, dentro da divisão regional do trabalho, as principais casas comerciais exportadoras da erva mate – que movimentavam grande parte dos recursos financeiros gerados pelas atividades ervateiras – ficavam em Joinville. Na combinação com as atividades ligadas ao complexo ervateiro

também havia inúmeras pequenas e médias casas comerciais, oficinas, fábricas e artesões independentes que formavam uma sólida base de acumulação pulverizada que dinamizavam toda a cidade e se espalhava para o planalto norte. Destacam-se também o porto de São Francisco do Sul, que ficava a poucas horas do centro da cidade por meio da navegação no rio Cachoeira; a Estrada Dona Francisca, que colocava Joinville em contato Rio Negro (PR), uma importante cidade do complexo ervateiro no planalto norte, passando pela colônia de São Bento do Sul; a estação de telégrafos, inaugurada em 15 de abril de 1879; a construção do ramal da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, inaugurado em 1906, entre São Francisco do Sul e Hansa (Corupá); e, finalmente, em 1909, a energia elétrica chega à cidade (GOULARTI FILHO, 2007).^c

Portanto, no começo do século XX, havia em Joinville a combinação das diversas camadas geoeconômicas dos transportes e das comunicações e, sobretudo, a capacidade de acumulação presente em vários capitalistas locais que estavam dispostos a ofertarem serviços públicos rentáveis. Foi dentro desse ambiente propício que surgiu a telefonia em Joinville.

A *Grossenbacher & Trinks* era uma casa comercial joinvilense que atuava na revenda de moendas de cana, cilindros para padarias, fornos para madeira, máquinas para exprimir roupas, máquinas para serrar, obras de fundição e motores para barcos (CONTINUAMOS a publicação..., 1905).^a Ela foi a primeira empresa catarinense a fornecer serviços telefônicos de forma ampla e organizada. Em outubro de 1907, a *Grossenbacher & Trinks* iniciou as obras de assentamento de postes no perímetro urbano para instalar a linha telefônica em Joinville. A linha também seria estendida até as localidades de Pirabeirada, ao norte do centro da cidade em direção à Estrada Dona Francisca, e em Itaum, em direção ao sul (JOINVILLE, 1907).^a No dia 1º de dezembro, dois meses após o início das obras, a *Grossenbacher & Trinks* inaugurou os serviços telefônicos em Joinville, inicialmente ofertando 60 assinaturas, com capacidade para chegar a até 100 assinaturas. Ao todo, a linha telefônica percorria 54 quilômetros na cidade (EMPREZA..., 1907).^a Em junho de 1908, a cidade já contava com 99 assinaturas e a empresa projetava ampliação para Jaraguá do Sul, aproveitando os postes da linha de telégrafo, que seguia o ramal da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EMPREZA..., 1908).^a

Porém, a concessão para operar os serviços de telefonia em Joinville ocorreu somente no dia 6 de maio de 1908, após a inauguração das obras. Na oportunidade, o

Conselho Municipal concedeu o privilégio para a *Grossenbacher & Trinks* atuar com empresa de telefonia dentro dos limites do município de Joinville (CONSELHO..., 1908).^a

Enquanto Joinville já dispunha de uma empresa que ofertava serviços telefônicos, a capital do estado ainda estava à espera que algum empresário assumisse o compromisso de realizar as obras necessárias para assentar a linha telefônica. Florianópolis iniciava seu processo de reforma urbana com a chegada da luz elétrica. As ruas centrais foram calçadas e a capital começava a assumir ares de cidade moderna. Entre as inovações urbanas na época, destaca-se a inauguração do serviço de bonde, em abril de 1908, pela Companhia Carris Urbanos e Suburbanos de Florianópolis (LINHA..., 1908).^a

Dentro do espírito de modernização urbana, em uma terceira tentativa, o Conselho Municipal de Florianópolis, por meio da Lei Municipal nº 279, de 25 de abril de 1908 (FLORIANÓPOLIS, 1908),^a outorgou a Carlos Álvaro Reis o privilégio para explorar os serviços de telefonia na capital catarinense. Essa nova lei de concessão flexibilizou o contrato em relação à aprovada em 1903: agora seria cobrado um imposto anual de 70\$000; o aparelho não seria mais instalado gratuitamente, sendo cobrado uma taxa de 5\$000 para o assinante; e a assinatura mensal seria no valor de 8\$000. Também foi excluída a cláusula que garantia à municipalidade uma assinatura gratuita, a qual foi substituída por um abatimento de 20% na instalação do aparelho e na assinatura. Essa nova concessão era mais uma tentativa de introduzir os serviços telefônicos em Florianópolis.

O privilégio concedido a Carlos Álvaro Reis foi vendido (especulado) pelo valor de 10.000\$000 à firma joinvilense *Grossenbacher & Trinks* (EMPREZA..., 1908).^b Este tipo de prática especulativa era muito comum nos serviços públicos (ferrovias, navegação e outros): o especulador privado recebia a concessão gratuitamente do Estado, não executava as obras previstas e em seguida vendia o privilégio para outro, obtendo ganhos líquidos. Após a compra do privilégio, a *Grossenbacher & Trinks* iniciou os procedimentos para instalar a telefonia na capital catarinense, fundando a Empresa Telefônica de Florianópolis:

Os abaixo-assinados proprietários desta empresa [Empresa Telefônica de Florianópolis] previnem ao público que já iniciaram os trabalhos de assentamento da rede telefônica nesta capital, e por isso convidam a todas as pessoas, associações, casas comerciais ou estabelecimentos públicos que queiram tomar assinatura, para procurarem o Sr. Paulo Trinks, representante da Empresa, provisoriamente no Hotel Savedra. Florianópolis, 21 de agosto de 1908. *Grossenbacher & Trinks* (EMPREZA Telephonica de Florianópolis, 1908, p. 3).^a

Inicialmente foram instalados cerca de 100 aparelhos em Florianópolis; no começo do ano seguinte, 122 telefones já operavam na cidade (REDE..., 1909).^a Em 1913, o número de assinaturas já havia aumentado para 220, enquanto em Joinville já eram 163. Comparando a população de ambas as cidades, Florianópolis com 38.585 habitantes e Joinville com 30.744 habitantes, com a oferta de telefone no Paraná, (Ponta Grossa e Curitiba), que disponibilizava 598 assinaturas, e no Rio Grande do Sul (14 cidades), com 3.900 assinaturas, os serviços telefônicos em Santa Catarina ainda estavam em uma fase embrionária (RGT, 1918).^a

Com a entrada da *Grossenbacher & Trinks* em Florianópolis, a empresa ampliou suas expectativas de negócios, buscando novas frentes de investimento em Santa Catarina. Com base em um parecer positivo emitido pelo Congresso do Estado, em 8 de setembro de 1908, foi aprovada a Lei Estadual nº 804, que garantia o privilégio para a firma *Grossenbacher & Trinks* ampliar sua linha telefônica de Joinville em direção ao litoral, nas cidades de São Francisco do Sul e Paraty (atual Araquari), e ao planalto norte, em Campo Alegre e São Bento do Sul (CONGRESSO..., 1908).^a Essa foi a primeira tentativa factível de iniciar a formação de uma rede de telefonia em Santa Catarina, integrando o litoral e o planalto norte e tendo como centro a cidade de Joinville, o “polo cêntrico da acumulação dos serviços telefônicos” em Santa Catarina.

Mesmo com a ampliação do número de assinantes, a *Grossenbacher & Trinks* não conseguia cumprir o contrato estabelecido com a prefeitura de Florianópolis. Em outubro de 1910, a empresa foi processada porque os fios e postes da linha telefônica estavam embaraçando o serviço de outras empresas, prejudicando a segurança pública das áreas por onde passavam a linha (PROTESTO..., 1910).^a

Após a consolidação dos investimentos em Joinville e Florianópolis, começaram a surgir em outras cidades, junto às câmaras municipais, pedidos de privilégios para a concessão dos serviços telefônicos. Em fevereiro de 1913, foi concedido aos capitalistas Edward Simmonds e a John Williamson, proprietários da firma *Simmonds & Williamson*, o privilégio para explorar os serviços de luz e telefonia na cidade de São José. Estava prevista a extensão da linha telefônica do centro da cidade de São José até Praia Comprida, Estreito e Florianópolis (SÃO JOSE..., 1913).^a Em Blumenau, as firmas Salinger Jansen, Ricardo Paul, Probst & Garcia e Empresa de Eletricidade de Frederico Busch receberam da municipalidade a autorização para operar com linhas privadas e casas comerciais (RGT, 1918).^b No quadro abaixo, temos um panorama geral da telefonia em Santa Catarina no ano de 1913.

Quadro 2: Panorama da telefonia em Santa Catarina 1913

Cidade	Rede	Centro	Assinante	Extensão das linhas (m)	Desenvolvimento dos fios (m)	Preço da assinatura
Florianópolis	1	1	220	11000	135000	9\$000 mensais
Joinville	1	2	165	24000	140000	5\$500
Itajaí	1	-	2	2000	2000	-
Itajaí	1	-	6	2160	2160	-
Blumenau a Altona	1	-	6	4500	39000	-
Altona a Itaipava	1	-	6	15000	-	-
Blumenau a Altona	1	-	3	4700	37700	-
Altona a Timbó	1	-	3	33000	-	-
Garcia a Blumenau	1	-	5	9000	27000	-
Blumenau a Altona	1	-	5	4500	-	-
Blumenau a Gaspar	1	-	2	10000	-	-
Blumenau a Altona	1	4	2	4600	-	-

Fonte: (RGT, 1918).^c

Quadro 3: Concessões e privilégios cedidos para operar os serviços telefônicos em Santa Catarina 1913

Cidade	Privilégios e concessões
Florianópolis	Privilégio concedido a <i>Grossenbacher & Trinks</i> , por 20 anos a contar de 2 de julho de 1908. Preço de instalação 5\$000
Joinville	Concessão municipal de 13 de abril de 1908 a <i>Grossenbacher & Trinks</i>
Itajaí	Comissão de melhoramento do porto. Uso privativo
Itajaí	Casa comercial de <i>Asseburg & Comp.</i> Uso particular
Blumenau a Altona	Liga casas comerciais da firma <i>Salinger-Jansen</i> , para seu uso particular, com licença da municipalidade
Blumenau a Altona	Liga casas comerciais de <i>Ricardo Paul</i> , para seu uso particular, com licença da municipalidade. Há outra rede também licenciada pela municipalidade
Garcia a Blumenau	Liga casas comerciais e fábrica de <i>Probit & Garcia</i> , para seu uso particular, com licença da municipalidade
Blumenau a Gaspar Pequeno	Liga casas comerciais e a Empresa de Eletricidade de <i>Frederico Busch</i> , para seu uso particular
Blumenau a Altona	Liga casas comerciais de <i>Paulo Hasadel</i> , com licença da municipalidade

Fonte: (RGT, 1918).^d

Durante a Primeira Guerra Mundial, houve um arrefecimento na expansão dos serviços telefônicos no Brasil em função da dificuldade na importação de equipamentos, fios e aparelhos. No entanto, as concessões municipais continuaram outorgando privilégios para capitalistas locais. A primeira tentativa de formar uma rede estadual de telefonia veio à tona por meio da Lei Estadual nº 1.001, de 10 de outubro de 1914, que concedeu a José O'Donnell o privilégio por 20 anos para estabelecer uma rede telefônica entre diversos municípios catarinenses (SANTA CATARINA, 1915).^a Essa lei impedia que fosse transferido para outros capitalistas a outorga para explorar linhas telefônicas entre dois ou mais municípios. Em outubro de 1917, Jayme Ernesto de Oliveira solicitou ao Congresso Estadual o direito para estabelecer uma linha telefônica entre as sedes dos municípios de Joinville e São Francisco do Sul, uma vez que a promessa feita por O'Donnell ainda não havia sido concretizada (PARECER nº 52, 1917).^a No nível municipal, em Laguna, o comerciante João Schneider recebeu a concessão da prefeitura para operar com uma companhia telefônica local e fez uma solicitação de favores fiscais junto ao Congresso do Estado (PARECER nº 50, 1916).^a O parecer favorável foi emitido somente em 17 de setembro de 1918, cujo preâmbulo dizia o seguinte:

Considerando que, em virtude de informações ministradas pelo membro da 2ª Comissão, o Sr. João de Guimarães Pinto, se trata efetivamente de uma empresa [João Schneider] de rendimentos diminutos, dado o seu número exíguo de assinantes (menos de 90). Considerando que é sempre útil aos interesses públicos auxiliar semelhantes empresas que constituem um fator poderoso do progresso e do desenvolvimento de nossos centros urbanos, propriamente quando essas empresas possuem precárias condições de vida, como a de Laguna (PARECER nº 2, 1918, p. 2).^a

O fim da Primeira Guerra Mundial normalizou a importação de equipamentos, fios e aparelhos, o que permitiu a difusão da telefonia para outros municípios catarinenses, desconcentrando de Joinville e Florianópolis. Em Itajaí, Blumenau, Timbó e Gaspar havia a permissão municipal para a utilização privada de linhas telefônica que integravam algumas casas comerciais. A comunicação entre as diversas cidades catarinenses ainda era feita pelo telégrafo. A rápida ampliação da rede de telégrafo em Santa Catarina pós-1918 também permitiu ampliar concomitantemente a disponibilidade de serviços de telefonia para o público em geral com acesso às estações de telégrafo. Nos anos 1920 em Santa Catarina, quando a Repartição Geral dos Telégrafos inaugurava uma estação de telégrafos, em seguida disponibilizava um aparelho telefônico para a realização do telegrama fonado e a comunicação entre estações.

Consolidação restringida 1918-1927: demanda a frente da oferta

Na primeira metade dos anos 1920, havia em Santa Catarina uma ampla rede de telégrafos e linhas postais; na área dos transportes, operavam três companhias ferroviárias (Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina e Estrada de Ferro Santa Catarina); e estavam em constantes obras as mais importantes estradas – as que ligavam o litoral ao planalto serrano e ao norte e as que seguiam em direção ao oeste. A tentativa de formar uma rede de telefonia prevista na Lei Estadual nº 1.001, de 10 de outubro de 1914 (SANTA CATARINA, 1915),^b estava se revelando inócua, pois a ausência de capitalistas locais de grande porte que tivesse capacidade de autofinanciamento e assumisse o risco de rendimentos futuros incertos adiava a tentativa do governo estadual de replicar em Santa Catarina o modelo gaúcho empreendido pela CRT.

Para evitar que a Lei nº 1.001 caducasse, o Congresso do Estado emitiu um parecer favorável, em 6 de setembro de 1919, para ampliar a concessão por mais seis meses e o início dos trabalhos de assentamento da linha por mais 12 meses. Caso José O'Donnell não cumprisse novamente os prazos estabelecidos, ficaria o poder público

autorizado a conceder os privilégios para quem oferecesse maiores vantagens (PROJETO nº 93, 1919).^a O'Donnell não cumpriu os prazos, então, novamente, Jayme Ernesto de Oliveira solicitou permissão ao Congresso do Estado para construir uma linha telefônica entre Joinville e São Francisco do Sul (PARECER nº 83, 1920).^a Esta linha foi inaugurada em 26 de julho de 1924 (EMPRESA..., 1924),^a quando a Empresa São Francisco Ligação Joinville, de Alfredo Oliveira, iniciou seus serviços ofertando 60 assinaturas (RGT, 1926).^a

A atuação da *Grossenbacher & Trinks* em Florianópolis, fundada em 1908, se estendeu até 1914, quando a sociedade foi alterada e passou a se chamar *Paulo Trinks & Ehlke*, de propriedade de Paulo Trinks e Paulo Ehlke. Em 1º de janeiro de 1922, Henrique Stamm se uniu à sociedade e a empresa passou a ser *Trinks, Ehlke & Cia* (ALBUQUERQUE, 1986).^a A nova sociedade tinha a concessão para operar os serviços de telefonia em Florianópolis por mais 8 anos e nascia com um capital de 30:000\$000 (JUNTA..., 1922).^a

O novo aporte de capital na companhia telefônica que operava em Florianópolis fazia parte de necessidade da empresa em ampliar a oferta de aparelhos, estender a linha para outros bairros e cidades e melhorar a qualidade das ligações. Havia reclamações publicadas nos jornais que reivindicavam melhorias e ampliações dos serviços:

Na verdade, inúmeras são as reclamações contra o nosso serviço telefônico que é, as vezes, moroso e deficiente. A culpa não cabe às distintas senhoritas encarregadas de tal missão. A empresa telefônica é a única culpada pelas irregularidades diariamente observadas nas respectivas linhas (SERVIÇO..., 1920, p. 2).^a

A firma *Paulo Trinks & Ehlke* operava em Florianópolis com apenas 290 assinantes, para uma população de 41.338 habitantes. Em Porto Alegre, somente a CRT ofertava 2.212 assinaturas para uma população de 178.744 habitantes (UEDA, 1998).^a Em Florianópolis, eram 7 assinaturas para cada mil habitantes e em Porto Alegre, 12 para cada mil habitantes. Havia reclamações de congestionamento das ligações devido à pouca disponibilidade de telefonistas nas estações.

Além da exiguidade de operadoras, a empresa telefônica ressentia-se ainda de um mal maior: é o mal material que possuem. Os seus aparelhos, antiquíssimos, são na sua maioria imprestáveis, dificultando a transmissão da corrente com clareza (SERVIÇO..., 1920, p. 2).^b

Outra reclamação foi publicada no mesmo periódico três meses depois:

É verdadeiramente incompreensível que as senhoras telefonistas demorem tanto nas ligações pedidas! O tráfego em Florianópolis ainda não é de assoberbar, pois que a nossa rede telefônica está bem longe do colossal. Faz cabelos brancos e esgota a paciência de longa espera, quando se tem a desventura de precisar um recado pelo aparelho (COMPANHIA..., 1920, p. 4).^a

O baixo grau de acumulação e de alavancagem financeiras restringia a expansão dos serviços da *Trinks, Ehlke & Cia*, que mesmo com um novo aporte financeiro ainda continuava com uma oferta muito baixa. Uma iniciativa tomada pelo governo estadual e pela prefeitura de Florianópolis foi abrir a concessão dos serviços para outras empresas. Para tanto, foi aprovada a Lei Municipal nº 144, de 7 de junho de 1924, que outorgava o privilégio para a Companhia Tração, Luz e Força de Florianópolis oferecer os serviços de energia elétrica pública e particular na capital do estado (FLORIANÓPOLIS, 1924).^a Tendo como referência a Lei Estadual nº 1.001 (SANTA CATARINA, 1915),^c o governador Hercílio Luz, em 08 de maio de 1924, concedeu a esta mesma companhia o direito exclusivo para instalar uma rede de telefonia em Santa Catarina. A expectativa era de que a empresa assumisse essa grande empreitada, pois era uma companhia que nascia fazendo promessas de novos investimentos em serviços públicos na capital catarinense.

O esperado não aconteceu e, em fevereiro de 1927, a pedido do governo, a Companhia Tração, Luz e Força de Florianópolis desistiu de instalar e explorar os serviços telefônicos em Santa Catarina, conforme cláusula número 66 do contrato assinado em 1924 (ATOS..., 1927).^a

O quadro geral da telefonia em Santa Catarina era o de um sistema fragmentado e de lenta expansão. Os telégrafos faziam os serviços de comunicação de média e longa distância, colocando vilas e cidades catarinenses em contato direto. Em 1926, as cidades atendidas por linhas telefônicas eram Florianópolis, pela *Trinks, Ehlke & Cia*, com 370 aparelhos telefônicos e 200.000 metros de linha; Joinville, pela *Grossenbacher & Cia*, com 396 aparelhos e 340.000 metros de linha; Blumenau, pela Empresa Telefônica de Blumenau, com 166 aparelhos e 165.000 metros de linha; Laguna, pela firma de João Schneider, com 105 aparelhos e 50.000 metros de linha; e São Francisco do Sul, pela firma de Alfredo Oliveira, com 60 aparelhos e 10.000 metros de linha (RGT, 1926).^b

Quadro 4: Panorama geral da telefonia em Santa Catarina no ano de 1926

Cidade	Firma	Aparelhos	Linhas (metros)	Assinatura mensal
Laguna	João Schneider	105	50.000	12\$000
São Francisco do Sul	Alfredo Oliveira	60	10.000	5\$500
Florianópolis	Trinks, Ehlke & Cia	370	20.000	8\$000
Blumenau	Empresa Telefônica de Blumenau	166	165.000	10\$000 a 40\$000
Joinville	Grossenbacher & Cia	396	340.000	12\$000

Fonte: (RGT, 1926).^c

Em 1916, havia apenas 12 estações telefônicas no estado administrada pela Repartição Geral dos Telégrafos. Passando-se onze anos, em 1927, o número de estações passou para apenas 15. Porém, nos três anos seguintes passou para 24, em 1928; para 32, em 1929; e para 64, em 1930.

A chegada a Florianópolis, em 1927, do empresário Juan Ganzo Fernandes, proveniente do Rio Grande do Sul, onde acumulou experiências junto à telefonia gaúcha, alterou o cenário da telefonia catarinense com a fundação da Companhia Telefônica Catarinense (CTC). Sobre uma base fragmentada, a, sediada em Florianópolis, a CTC assumiu a dianteira dos serviços telefônicos no estado. A CTC transformou a capital catarinense no novo comando do “polo cêntrico da acumulação e irradiador dos serviços telefônico”. Com apoio dos governos municipais e do governo estadual, a empresa estava pronta para iniciar o processo de litoralização e interiorização. Esse movimento continuou nas décadas posteriores até o momento em que os problemas de quantidade e qualidade foram repostos em um nível de complexidade maior, obrigando o Estado a intervir para liberar os entraves à acumulação capitalista no setor de telecomunicações.

Considerações finais

Na história econômica da telefonia catarinense, até o final dos anos de 1920, tivemos três momentos distintos que se combinaram. O primeiro vai de 1876 a 1907, quando foram instalados os primeiros aparelhos de telefones nas repartições públicas na capital catarinense, e também quando iniciou a abertura de estações telefônicas conjugadas com as de telégrafo. O segundo momento compreende o período de 1907 a 1918, quando surgiram as primeiras iniciativas capitalistas para a instalação de linhas telefônicas nas principais cidades catarinenses, com destaque para a *Grossenbacher & Trinks*, fundada em 1907 em Joinville, que estendeu seus serviços para Florianópolis. E o terceiro vai de 1918 a 1927, quando a oferta de serviços telefônicos estava cada vez mais restringida e o Estado se empenhava em solucionar esse problema por meio de amplas concessões públicas. A situação começou a se reverter com a fundação da Companhia Telefônica Catarinense, que prometia ampliar seus investimentos em Florianópolis e criar uma rede de telefonia em Santa Catarina.

Dentro desses três períodos tivemos dois polos de serviços telefônicos. O primeiro, pós-1908, comandado pela *Grossenbacher & Trinks*, fazendo de Joinville o primeiro “polo cêntrico de acumulação”; e o segundo, pós-1927, com a presença da Companhia

Telefônica Catarinense, que transformou Florianópolis em um “polo cêntrico de acumulação e irradiador” dos serviços telefônicos em Santa Catarina.

Analisado a expansão dos serviços telefônicos em Santa Catarina do ponto de vista espacial, podemos identificar dois movimentos paralelos. A “litoralização” *direcionada* (bipolar norte-sul), em que os serviços se concentravam mais nas cidades do litoral; e a “interiorização truncada”, em que a chegada dos serviços às cidades do interior enfrentava obstáculos naturais e precárias condições dos meios e das vias de transportes.

A exemplo das estradas, das ferrovias, das linhas postais, dos telégrafos e da transmissão de energia, o assentamento de linhas telefônicas e a formação de uma rede estadual de telefonia, constituem mais uma camada geoeconômica que adensa o Estado no território, consolidando a formação de um sistema regional de economia.

Referências

ALBUQUERQUE, Cláudia Gomes de. *Subsídios para história da telefonia em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 1986.^a

ATOS do governador. *República: Órgão do Partido Republicano Catharinense*, Florianópolis, anno 1, n. 104, p. 7, 2 fev. 1927. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/711497x/22414>. Acesso em: 21 abr. 2016.^a

BRASIL. Senado Federal. Secretaria-Geral da Mesa. Secretaria de Informação Legislativa. *Decreto n. 7461 - de 6 de setembro de 1879*. Concede privilegio a Frederico Allen Gower para introduzir no Imperio o telephono - chronometro de sua invenção. 1879a. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=592766&id=14387566&idBinario=15777548&mime=application/rtf>. Acesso em: 16 dez. 2016.^a

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Decreto nº 7.539, de 15 de novembro de 1879*. Concede a Charles Paul Mac Kie permissão para construir e explorar linhas telephonicas nesta capital e seus suburbios e na cidade de Nictheroy. 1879b. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7539-15-novembro-1879-548812-publicacaooriginal-64024-pe.html>. Acesso em: 16 dez. 2016.^a

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Decreto nº 8.065, de 17 de abril de 1881*. Autoriza a - Telephone Company of Brazil - a funcionar no Imperio. 1881. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-8065-17-abril-1881-546234-publicacaooriginal-60178-pe.html>. Acesso em: 17 dez. 2016.^{a, b}

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Decreto nº 8.453-A, de 11 de março de 1882*. Estabelece bases para a concessão de linhas telephonicas. 1882. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-8453-a-11-marco-1882-550389-publicacaooriginal-66332-pe.html>. Acesso em: 18 dez. 2016.^{a, b}

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto nº 199, de 6 de fevereiro de 1890*. Transfere para a administração municipal da Capital Federal dos Estados Unidos do Brasil os serviços relativos às linhas de carris urbanos e telephonicas, compreendidas na área do respectivo municipio e seu termo. Revogado pelo Decreto de 15.2.1991. 1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D199.htmimpresao.htm. Acesso em: 18 dez. 2016.^{a, b}

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Decreto nº 7.908 de 17 de março de 1910*. Concede autorização á «Interurban Telephone Company of Brazil» para funcionar na Republica. 1910. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-7908-17-marco-1910-527833-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 22 dez. 2016.^a

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Decreto nº 11.500, de 23 de Fevereiro de 1915*. Concede autorização á Rio de Janeiro and São Paulo Telephone Company, para funcionar na Republica. 1915. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11500-23-fevereiro-1915-512999-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 dez. 2016.^a

BRITO, Maurílio. *Subsídios para a história da telefonia no Brasil*. Rio de Janeiro: NEC do Brasil, 1976.^a

COMPANHIA telephonica, Com a. *República: Orgam do Partido Republicano Catharinense*, Florianópolis, anno 15, n. 454, p. 4, 13 abr. 1920. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/711497x/15024>. Acesso em: 21 abr. 2016.^a

CONGRESSO do Estado: Parecer. *O Dia: Orgão do Partido Republicano Catharinense* (SC), Florianópolis, anno 8, n. 4047, p. 1, 2 set. 1908. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217549/7991>. Acesso em: 20 abr. 2016.^a

CONSELHO Municipal. *Gazeta de Joinville*, Joinville, anno 4, n. 160, 9 maio 1908. Noticias locais, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/711608/1993>. Acesso em: 19 abr. 2016.^a

CONTINUAMOS a publicação... *Gazeta de Joinville*. Joinville, anno 1, n. 16, 22 jul. 1905. Notícias, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/711608/1435>. Acesso em: 18 abr. 2016.^a

EMPRESA telephonica. *Gazeta de Joinville*, Joinville, anno 3, n. 138, 7 dez. 1907. Noticias locais, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/711608/1907>. Acesso em: 18 abr. 2016.^a

EMPRESA telephonica. *Gazeta de Joinville*, Joinville, anno 4, n. 167, 27 jun. 1908. Noticias locais, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/711608/2025>. Acesso em: 18 abr. 2016.^{a, b}

EMPRESA telephonica. *República: Orgam do Partido Republicano Catharinense*, Florianópolis, anno 19, n. 1710, p. 1, 27 jul. 1924. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/711497x/20321>. Acesso em: 20 abr. 2016.^a

EMPRESA Telephonica de Florianópolis. *O Dia: Orgão do Partido Republicano Catharinense (SC)*, Florianópolis, anno 8, n. 4038, 22 ago. 1908. Declarações, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217549/7957>. Acesso em: 20 abr. 2016.^a

FLORIANÓPOLIS. Lei Municipal nº 203, de 23 de outubro de 1903. *O Dia: Orgão do Partido Republicano Catharinense (SC)*, Florianópolis, ano 3, n. 833, p. 1, 27 de outubro de 1903. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/217549/2753>. Acesso em: 22 abr. 2016.^a

FLORIANÓPOLIS. Governo Municipal Lei nº 246. *O Dia: Orgão do Partido Republicano Catharinense (SC)*, Florianópolis, ano 6, n. 1615, p. 1, 27 jun. 1906. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217549/5448>. Acesso em: 22 abr. 2016.^a

FLORIANÓPOLIS. Governo Municipal Lei nº 279. *O Dia: Orgão do Partido Republicano Catharinense (SC)*, Florianópolis, anno 8, n. 3048, p. 2, 1 maio 1908. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217549/7616>. Acesso em: 19 abr. 2016.^a

FLORIANÓPOLIS. Lei Municipal nº 144, de 7 de junho de 1924. *República: Orgam do Partido Republicano Catharinense*, Florianópolis, anno 19, n. 1675, p. 3, 14 jun. 1924. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/711497x/20189>. Acesso em: 21 abr. 2016.^a

GOULARTI FILHO, Alcides. *Porto, ferrovias e navegação em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 2013.^a

GOULARTI FILHO, Alcides. Agências e linhas dos correios na integração do território catarinense no século XIX. *Estud. Econ.*, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 395-428, abr./jun. 2017. [CrossRef](#).^{a, b, c}

JOINVILLE. *Gazeta de Joinville*, Joinville, anno 3, n. 132, p. 1, 26 out. 1907. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/711608/1883>. Acesso em: 18 abr. 2016.^a

JUNTA Commercial – Contractos. *República: Orgam do Partido Republicano Catharinense*, Florianópolis, anno 17, n. 983, p. 3, 9 fev. 1922. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/711497x/17252>. Acesso em: 21 abr. 2016.^a

LINHA de bonds: inauguração. *O Dia: Orgão do Partido Republicano Catharinense (SC)*, Florianópolis, anno 8, n. 3034, p. 1, 12 abr. 1908. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217549/7559>. Acesso em: 19 abr. 2016.^a

LINHAS telegraphicas e telephonicas. *República: Orgam do Partido Republicano Catharinense*, Florianópolis, p. 1, 14 de agosto de 1900. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/republica/1900/REP1900339.pdf>. 15 abr. 2016.^a

NOTICIÁRIO. *A Regeneração*, Desterro, 28 jul. 1878. Secção Geral, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/709603/2860>. Acesso em: 12 abr. 2016.^a

PARECER nº 50. *O Dia: Orgão do Partido Republicano Catharinense (SC)*, Florianópolis, anno 16, n. 8.407, p. 2, 23 set. 1916. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/217549/17387>. Acesso em: 20 abr. 2016.^a

PARECER nº 52. *O Dia: Orgão do Partido Republicano Catharinense (SC)*, Florianópolis, anno 17, n. 8.697, p. 4, 2 out. 1917. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217549/19764>. Acesso em: 20 abr. 2016.^a

PARECER nº 2. *O Dia: Orgão do Partido Republicano Catharinense (SC)*, Florianópolis, anno 18, n. 9138, p. 2, 18 set. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/217549/21113>. Acesso em: 21 abr. 2016.^a

PARECER nº 83. *República: Orgam do Partido Republicano Catharinense*, Florianópolis, anno 15, n. 487, p. 3-4, 25 maio 1920. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/711497x/15156>. Acesso em: 20 abr. 2016.^a

PROJETO nº 93. *República: Orgam do Partido Republicano Catharinense*, Florianópolis, anno 14, n. 282, p. 3, 12 set. 1919. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/711497x/14316>. Acesso em: 21 abr. 2016.^a

PROTESTO: 2º Officio Lº 105, fls 30 a 31 v. *O Dia: Orgão do Partido Republicano Catharinense (SC)*, Florianópolis, anno 10, n. 4671, p. 2, 1 nov. 1910. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217549/10336>. Acesso em: 20 abr. 2016.^a

REDE telephonica. *O Dia: Orgão do Partido Republicano Catharinense (SC)*, Florianópolis, anno 9, n. 4155, p. 2, 17 jan. 1909. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/217549/8278>. Acesso em: 20 abr. 2016.^a

REPARTIÇÃO GERAL DOS TELÉGRAFOS. *Relatório da Repartição Geral dos Telégrafos apresentado pelo diretor João Nepomuceno Baptista ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas 1889-1890*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.^a

REPARTIÇÃO GERAL DOS TELÉGRAFOS. *Relatório da Repartição Geral dos Telégrafos apresentado pelo diretor Álvaro Joaquim de Oliveira ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas 1898*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.^a

REPARTIÇÃO GERAL DOS TELÉGRAFOS. *Relatório da Repartição Geral dos Telégrafos apresentado pelo diretor Caetano Cesar de Campos ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas 1903*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.^a

REPARTIÇÃO GERAL DOS TELÉGRAFOS. *Memória histórica*. Rio de Janeiro: Ministério da Viação e Obras Públicas, 1909a.^a

REPARTIÇÃO GERAL DOS TELÉGRAFOS. *Relatório da Repartição Geral dos Telégrafos apresentado pelo diretor Euclides Barroso ao Ministério da Viação e Obras Públicas 1906*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909b.^a

REPARTIÇÃO GERAL DOS TELÉGRAFOS. *Relatório da Repartição Geral dos Telégrafos apresentado pelo diretor Euclides Barroso ao Ministério da Viação e Obras Públicas 1916*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918.^{a, b, c, d}

REPARTIÇÃO GERAL DOS TELÉGRAFOS. *Relatório da Repartição Geral dos Telégrafos apresentado pelo diretor Paulo Neves de Moraes Gomideao Ministério da Viação e Obras Públicas 1926*. Rio de Janeiro: Papelaria Americana, 1926.^{a, b, c}

SANTA CATARINA. Lei Estadual nº 275 de 06 de outubro de 1897. In: _____. *Coleção das leis do estado de Santa Catarina promulgadas no ano de 1897*. Joinville: Tipografia C. W. Bohm, 1898. p. 33-34.^a

SANTA CATARINA. Lei Estadual nº 1.001 de 10 de outubro de 1914. In: *Estado de Santa Catarina: leis, decretos e resoluções do ano de 1914*. Florianópolis: Tipografia do O Dia, 1915. p. 12-14.^{a, b, c}

S. JOSE' o contracto de luz e telephone. *O Dia: Orgão do Partido Republicano Catharinense (SC)*, Florianópolis, anno 13, n. 7142, p. 2, 21 fev. 1913. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/217549/12898>. Acesso em: 20 abr. 2016.^a

SERVIÇO telephonico e as telephonistas, O. *República: Orgam do Partido Republicano Catharinense*, Florianópolis, anno 15, n. 388, p. 2, 21 jan. 1920. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/711497x/14749>. Acesso em: 21 abr. 2016.^{a, b}

TELEPHONIOS. *A Regeneração*, Desterro, anno 16, n. 71, p. 3, 27 mar. 1884. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/709603/5101>. Acesso em: 12 abr. 2016.^a

UEDA, Vanda. *Inovação tecnológica e espaço urbano: a implantação da Companhia Telefônica Melhoramento e Resistência em Pelotas/RS*. 1998. Dissertação (Mestrado em Geografia)—Departamento de Geociências, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/78010>. Acesso em: 23 abr. 2016.^a

WINSECK, Dwayne R.; PIKE Robert M. *Communication and empire: media, markets and globalization, 1860–1930*. Durham: Duke University Press, 2007.^{a, b}